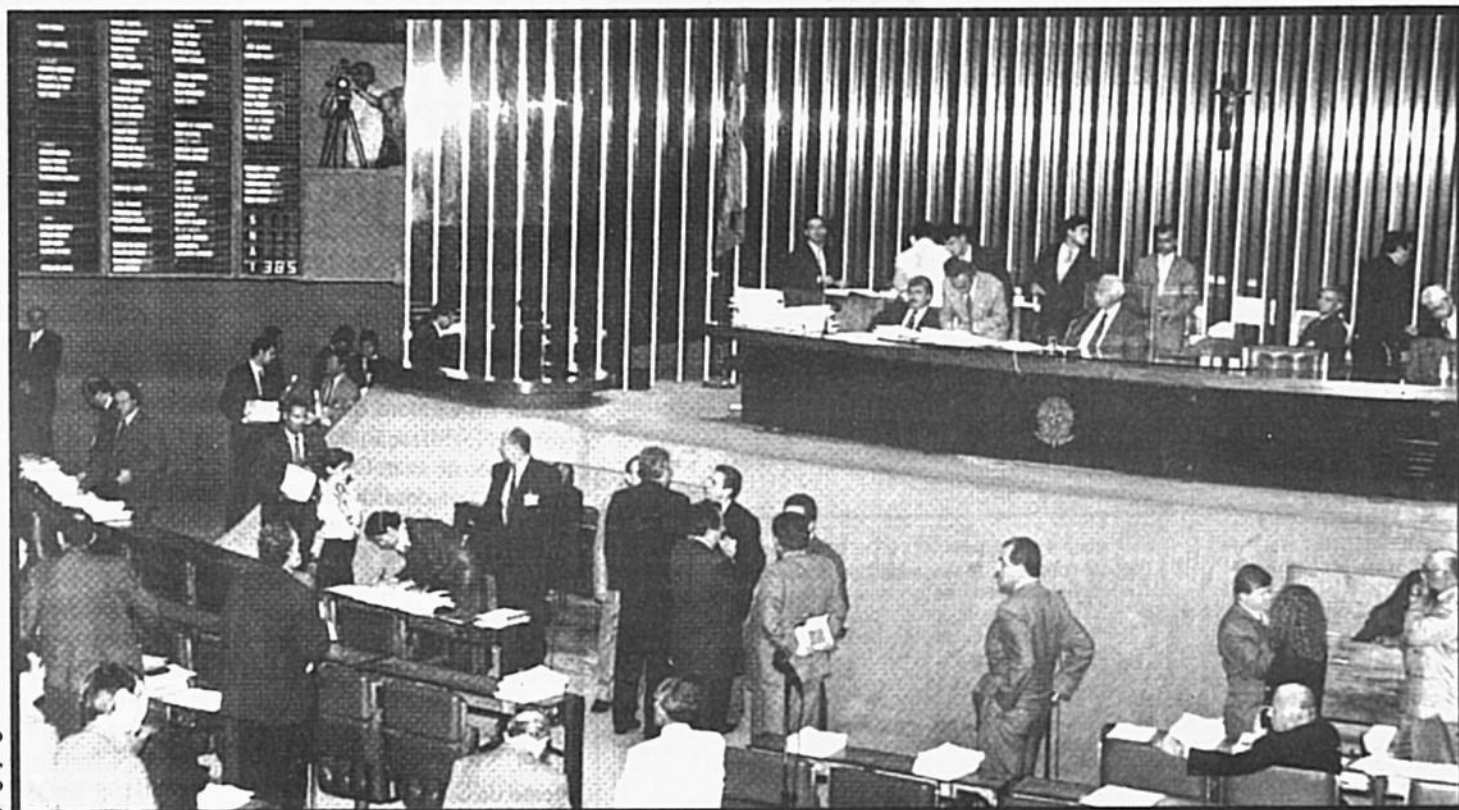


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 601 - Brasília, quarta-feira, 3 de dezembro de 1997



Em sessão noturna, Congresso aprecia MPs

Congresso aprova a medida que muda o IR

Parlamentares aprovam taxação maior dos lucros obtidos nos fundos de renda fixa, visando compensar manutenção das alíquotas para quem ganha até R\$ 1.800,00 e corte menor nos incentivos concedidos no âmbito do Finam e do Finor

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite projeto de lei de conversão que altera vários pontos da medida provisória sobre o Imposto de Renda. A principal mudança na legislação, a vigorar a partir de 1998, é o aumento de 10% na alíquota do IR para as pessoas físicas que ganham mais de R\$ 1.800,00 por mês

(na versão original, o aumento atingiria todos os contribuintes). Para compensar a manutenção da alíquota nos rendimentos inferiores ao limite, os parlamentares aumentaram de 15% para 20% a taxação dos rendimentos auferidos com aplicações em fundos de renda fixa. **Página 3**



Reunida, a CAE discute situação do estado do Paraná

Comissão examina documentos do Paraná

Governo estadual entrega à CAE balanços de 1996 e balancetes de 1997, mas relator deseja conhecer também protocolos firmados com montadoras. **Página 4**

CAS aprecia hoje planos de saúde

Página 2

Plenário debate crise no campo

Com apoio de vários senadores, Ramez Tebet e Pedro Simon, em discursos separados, pediram solução efetiva para a agricultura. **Página 6**

CAS vota hoje projeto dos planos de saúde

O relatório do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre o substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que dispõe sobre seguros e planos de saúde será votado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademar Andrade (PSB-PA). Rocha propõe em seu parecer supressões de dispositivos do substitutivo. A reunião será às 10h.

A desoneração do SUS é um dos objetivos do senador, que deseja ver os planos de

saúde atendendo todos os tratamentos. Pelo texto da Câmara, explicou, seriam transferidos para o SUS atendimentos complexos, como cirurgias cardíacas e próteses.

A comissão aprecia, ainda, projeto do senador Francelino Pereira (PFL-MG) e parecer favorável da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS pelo servidor público quando houver mudança de regime jurídico, e projeto do senador Fla-



Sebastião Rocha: cobertura total viano Melo (PMDB-AC) sobre a coleta e disposição final de baterias de celulares.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antônio Carlos Magalhães

10h - Despacho Interno

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PLS nº 25/97 - Complementar - cria o Fundo de Terras; "PDL nº 36/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; "PDL nº 37/97 - aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Cidade de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo; "PDL nº 41/97 - aprova o ato que renova a outorga deferida à Fundação Cotrisel para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo; "PDL nº 43/97 - aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Brasileira de Assistência e Educação - Fubae, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariacica, estado do Espírito Santo; e "PDL nº 45/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberdade do Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracaju, estado de Sergipe

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª Parte: Audiência pública para apreciação da "Mensagem nº 1.365/97 - submete à apreciação do Senado Federal o nome do general-de-exército Germano Arnóli Pedrozo, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do general-de-exército Luiz Guilherme de Freitas Coutinho

2ª Parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95 - suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PLS nº 230/95 - dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; "PLC nº 91/96 - dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar; "PEC nº 19/96 - dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; e "PLC nº 93/96 - dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: "PLC nº 100/96 - dispõe sobre o serviço voluntário; "PLS nº 240/96 - dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho; "PLS nº 146/97 - dispõe sobre a coleta e disposição final de baterias usadas de telefones celulares; "PLS nº 328/95 - dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico; "PLS nº 72/96 - altera a forma de pagamento do décimo terceiro salário ou gratificação de Natal; "PLS nº 253/96 - exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas

por ela abrangidas; e "PLS nº 93/93 - proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro saúde ou assemelhadas. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Cultura ao Meio-Dia
Exibição do filme *Capitalismo Selvagem*, de André Krotzel. Auditório Patrônio Portella

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (04.12.97)
14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Horário de Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o nonagésimo aniversário do arquiteto Oscar Niemeyer, que transcorrerá em 15.12.97 (Requerimento nº 436/97, do senador Roberto Freire e outros)

Oradores inscritos: Roberto Freire, Francelino Pereira, Ney Suassuna, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Júlio Campos e Benedita da Silva
Pauta: Segundo dia de discussão da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "OFS nº 103/97 - solicitação do estado de Minas Gerais para emitir Letras Financeiras do Estado de Minas Gerais destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998; "PLS nº 252/97 - extingue a utilização da Taxa Referencial (TR); PLC nº 66/97 - dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção de utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei, cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf; "PLC nº 67/97 - dispõe sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira - CPMF; e "MSF nº 190/97 - solicitação de autorização para contratar operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Bird, no valor de 20 milhões de dólares, destinada a financiar parcialmente o Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/96 - dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; "PLS nº 54/97 - dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; "PLS nº 239/96 - dispõe sobre o uso de legenda fechada na programação televisiva brasileira; "PLS nº 263/95 - dispõe sobre a educação a distância; e "PLS nº 230/96 - inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio. Sala 17 - Ala Senador Alexandre Costa

Comissão de Justiça aprecia o projeto dos jogos de azar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) aprecia hoje, a partir das 10h, projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a legalização da prática dos jogos de azar. O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), apresentou parecer favorável.

Também será apreciado pela comissão o projeto de iniciativa do Executivo que permite o contrato de trabalho por prazo determinado. O parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), é pela aprovação do texto da Câmara, para, segundo ele, agilizar as providências no sentido de combater o desemprego.

A CCJ examina ainda a indicação do nome do general-de-exército Germano Arnóli Pedrozo para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do general-de-exército Luiz Guilherme de Freitas Coutinho.

Propostas de emenda à Constituição também serão votadas, como a que visa pos-

sibilitar a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), e a que dispõe sobre o regime constitucional dos militares.

O projeto de lei que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), e o que trata do sigilo das operações de instituições financeiras, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também serão apreciados. Em caráter terminativo, a CCJ examina projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais de propriedade da União sob a jurisdição administrativa dos ministérios militares. A matéria recebeu quatro emendas do relator, senador José Bianco (PFL-RO).

Na pauta, ainda, projeto de lei da Câmara, como o que dispõe sobre registros públicos e serviços notariais e de registro; e um do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) que altera dispositivos da CLT.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antônio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluça Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Pesar pela morte de Bernardo Élis

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento de autoria do senador Albino Boaventura (PMDB-GO) propondo a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do escritor goiano e membro da Academia Brasileira de Letras Bernardo Élis.



Boaventura: reconhecimento

Homenagem a Poteiro é destacada

A concessão da Comenda da Ordem do Mérito Cultural-97 ao artista plástico Antônio Poteiro significou "um justo reconhecimento do valor de sua obra", afirmou o senador Albino Boaventura. Na opinião do senador, o prêmio faz justiça ao trabalho de quem, "ao longo de seus 34 anos de carreira, tantas vezes engrandeceu o nome de Goiás em diversas exposições realizadas no Brasil e no exterior". Albino Boaventura disse que, ao lado de Siron Franco, Poteiro transpôs para as telas, com criatividade, cenas que retratam a realidade do interior goiano, suas festas e seu folclore. Segundo o senador, a marca no trabalho de Poteiro são as cores fortes, "que mostram a alegria do povo mesmo diante de todas as dificuldades impostas pela vida".

Visando compensar corte menor nos incentivos fiscais e manutenção de alíquotas para quem ganha até R\$ 1.800,00, parlamentares aprovam taxaço maior dos fundos de renda fixa

Congresso aprova medida provisória que altera o Imposto de Renda

Por 336 votos favoráveis, 123 contra e uma abstenção, o plenário do Congresso Nacional aprovou ontem à noite projeto de lei de conversão que altera vários pontos da Medida Provisória nº 1.602, editada pelo governo em 14 de novembro para modificar a atual legislação tributária e garantir um aumento da capacidade de arrecadação federal.

A proposta do governo recebeu 320 emendas de parlamentares e foi considerada pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), como a mais "polêmica", sobre a qual o Legislativo "fez aprimoramentos importantes".

Apesar das modificações feitas pelos congressistas, o relator, deputado Roberto Brant (PSDB-MG), que as incorporou em seu projeto de lei de conversão, avaliou que a "revisão da proposta manteve os mesmos resultados fiscais, mas repartimos a carga tributária de forma mais equânime".

Entre as principais mudanças feitas pelo Congresso destaca-se a limitação do aumento de 10% sobre as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que incidirá exclusivamente sobre a alíquota de 25%.

Os rendimentos que somarem até R\$ 1.800,00 ao mês não sofrerão aumento de recolhimento da fonte. Assim, os rendimentos sobre os quais incidem hoje a alíquota de 25% passarão a pagar, em 1998 e 1999, 27,5%. Pela proposta original do governo, todos os contribuintes arcariam com um aumento do imposto devido da ordem de 10% sobre as atuais alíquotas.

O governo propôs um limite de 12% do rendimento bruto da pessoa física para as deduções de contribuições a entidades de previdência privada e ao Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi). O Legislativo manteve o índice de 12%, mas definido so-



Com 320 emendas, os parlamentares contribuíram para aperfeiçoar a MP

bre o rendimento líquido, que compõe a base de cálculo do imposto devido.

Outra importante modificação feita pelos parlamentares foi a de aumentar a alíquota de imposto de renda a pagar de 15% para 20% sobre rendi-

mentos originados de aplicações em fundos de renda fixa. Esse aumento, segundo o relator, permitiu abrandar a elevação das alíquotas do IRPF e o corte nos incentivos fiscais.

Pela medida provisória do Executivo, haveria uma redu-

ção de 50% nos incentivos fiscais concedidos no IR para aplicações no Finor e no Finam, assim como nas deduções decorrentes de dispêndios em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e de reinvestimento em empresas industriais e agrícolas localizadas nas áreas da Sudam e da Sudene.

Segundo o projeto aprovado, os atuais 24% de abatimento no IR decorrente de aplicações no Finam e Finor, por exemplo, sofrerão uma redução de 30% entre 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; de 20% entre 2004 e 2008; e de 10% entre 2009 e 2013.

Conforme outra mudança decidida pelo Congresso, os estabelecimentos produtores de cana-de-açúcar localizados nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e nos estados das regiões Norte e Nordeste terão direito a crédito presumido, fixado pelo Executivo a partir da diferença de custo do produto entre as regiões produtoras do país.

Quanto às isenções, o Congresso manteve na íntegra a proposta de revogá-las nos casos de entidades educacionais, de assistência à saúde, de administração de planos de saúde, de prática desportiva com caráter profissional e de administração do desporto. As associações civis e as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico, sem fins lucrativos, continuam isentas do recolhimento do IR da Pessoa Jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Exame das MPs do a juste prolongou-se pela noite

Às 23h20, no fechamento desta edição, o plenário do Congresso discutia o projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 1.596, que altera vários dispositivos das leis que tratam da organização e plano de custeio da Seguridade Social e do Plano de Benefícios da Previdência Social. A proposta do governo também altera regras da CLT e do Simples, sistema de arrecadação das microempresas, além de extinguir aposenta-

dorias especiais e proporcionais. Foram apresentadas 103 emendas à MP, a maioria rejeitada pelo relator, senador José Fogaça (PMDB-RS).

Entre as MPs apreciadas ontem, os parlamentares discutiram o relatório apresentado pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) à MP que prevê a demissão de servidores públicos não-estáveis. A votação foi adiada, pois o plenário exigiu novos esclarecimentos.



Osmar (no centro, ao microfone) quer conhecer acordos com montadoras

Secretário estadual da Fazenda entrega à comissão o balanço das contas de 1996 e balancetes de janeiro a outubro de 1997, que serão analisados pelo relator Osmar Dias

CAE examina documentos do Paraná

"Tivemos um ano inteiro perdido." Este foi o comentário do senador Osmar Dias (PSDB-PR) diante da entrega - realizada ontem pelo secretário da Fazenda do Paraná, Giovanni Gionedis, ao presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) - do balanço das contas de 1996 e dos balancetes correspondentes aos meses de janeiro a outubro deste ano do governo do Paraná.

Osmar Dias vinha solicitando os documentos desde dezembro do ano passado, para preparar seu parecer aos pedidos de empréstimos solicitados pelo governo daquele estado: junto ao Bird, no valor de US\$ 175 milhões; com o BID, de US\$ 100 milhões; e um ter-

ceiro, de 23 bilhões 686 milhões de ienes, junto ao The Overseas Economic Cooperation Fund.

Osmar Dias observou que agora terá de fazer um "estudo cuidadoso" dos documentos para verificar se se trata de "algo sério ou de conversa fiada, como vem acontecendo até agora". Mesmo que a documentação satisfaça os critérios da Resolução 69, onde estão fixados os parâmetros para a concessão dos empréstimos externos, o relator ainda fez outra exigência.

Ele condicionou a apresentação do seu parecer à decisão que a CAE deverá tomar na reunião de amanhã sobre a obrigatoriedade de o governo do Paraná apresentar os protocolos de intenção firmados com as montadoras Chrysler e Renault para

se instalarem no Paraná. Em outra reunião da CAE, foi rejeitado requerimento do senador Esperidião Amin (PPB-SC) propondo que os protocolos fossem exibidos em reunião secreta.

Ao contrário do que entendem os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e José Agripino Maia (PFL-RN), Osmar Dias considera que a rejeição à proposta de Amin não isenta o governador Jaime Lerner de apresentar o conteúdo dos protocolos ao relator dos pedidos de empréstimo. Em seu favor, Osmar Dias leu parecer emitido pela assessoria técnica do Senado, segundo o qual persiste a necessidade da apresentação dos protocolos.

Solidário com Osmar Dias, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apoiou as exigên-

cias feitas pelo relator. Na condição de representante do Paraná, Requião ressaltou que a situação do estado "é de descalabro administrativo", referindo-se, inclusive, à existência de um fundo superior a R\$ 360 milhões, que o governador não pôde utilizar por não ter condições de apresentar contrapartida.

Também participaram da audiência o secretário do Planejamento, Miguel Salomão, o coordenador-geral de Controle, Responsabilidade Financeira e Haveres Mobiliários da STN, Pedro Wilson Carrano, e o chefe-adjunto do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Vicente de Paulo Diniz.

Carlos Bezerra alerta para a crise na construção civil

A implementação urgente, pelo governo federal, de uma nova política habitacional que resolva o problema do déficit de moradias é o que defende o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), para quem os investimentos na construção civil poderão reduzir os "altos índices" de desemprego no país.

Ele argumentou que esse

setor, tradicionalmente responsável pela absorção de mão-de-obra não qualificada, está reduzindo significativamente a oferta de emprego por causa da crise enfrentada por diferentes segmentos da economia do país.

Carlos Bezerra citou matéria publicada pelo jornal cuiabano *A Gazeta*, mostrando que mais da metade



Bezerra: crise é grave em MT das empresas locais está desativada e que a maioria das que se encontram em atividade vem trabalhando com

alto índice de ociosidade. Ele afirmou que os financiamentos estão paralisados e não há linhas de crédito para a construção civil.

O senador lembrou que empresários do setor defendem a criação de mecanismos que garantam recursos por meio de financiamentos externos para a construção civil, pois os recursos advindos da poupança interna não são suficientes para resolver o grave problema de falta de moradia no país.

Orçamento poderá ser votado sábado

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem que a Comissão Mista de Orçamento, da qual é presidente, deverá votar no próximo sábado, em reunião extraordinária, o projeto final do Orçamento da União para 1998. "É um fato histórico, pois, por muitos anos, o cronograma não foi cumprido", disse.

Suassuna informou que estão marcadas reuniões de discussão do projeto para a manhã e tarde dos próximos três dias. Conforme o senador, se o projeto for votado no sábado, ele será entregue ao presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, na terça-feira ou na quarta-feira da semana que vem.

- Estou muito orgulhoso do trabalho da comissão, principalmente da assiduidade e da dedicação dos senadores e deputados. Tivemos um ritmo de trabalho exemplar. Raros foram os dias em que não trabalhamos menos de catorze horas. Foi um trabalho sobre-humano, mas entregaremos o Orçamento em tempo mais do que hábil - frisou. Ney Suassuna afirmou que a comissão cumpriu todos os rituais para evitar escândalos, como o dos "Anões do Orçamento", em 1993. "Como não houve nenhum escândalo este ano, a sociedade nem ouviu falar do Orçamento, pois a imprensa só fala quando existe corrupção", ponderou.



Suassuna: fato histórico

Feira de saúde atende mais de 200 pessoas no 1º dia

Mais de duzentas pessoas visitaram a II Feira de Saúde do Senado Federal, em seu primeiro dia de funcionamento. Além de funcionários e parlamentares, a feira contou também com a presença de dezenas de alunos do 1º grau, inclusive estudantes da cidade baiana de Barreiras, que se encontravam em Brasília.

A feira prossegue até amanhã, das 9 às 17h, em 10 estandes à disposição do público, onde é possível medir a pressão arterial, dosar a glicemia, calcular a pressão intra-ocular, e ainda verificar o peso e a estatura. O estande mais concorrido é o que faz exames para medir a pressão e checar o nível de colesterol. Antes de fazer este exame, o visitante preenche um cadastro e em poucos minutos pode conhecer o resultado. Caso sejam detec-

tadas taxas alteradas de glicose ou colesterol, a pessoa é encaminhada à orientação médica.

Com a colaboração de enfermeiros e médicos funcionários do Senado, os visitantes recebem informações sobre diabetes, Aids, prevenção de câncer de próstata, além de dicas para gestante e saúde bucal, mental, ocupacional e os primeiros socorros.

No estande da Saúde da Mulher, o público fica conhecendo, por exemplo, os novos métodos anticoncepcionais, como a camisinha feminina. Já no estande de prevenção ao glaucoma, é possível detectar, com rapidez, a pressão ocular.

A feira, promovida pela Secretaria de Assistência Médica e Social, será realizada anualmente, informou o diretor daquela Secretaria, dr. Cid Nogueira.

Aids é o desafio do século, diz Benedita

Apesar de afirmar ontem que apenas um, em cada dez soropositivos, sabe que está infectado pela Aids, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que essa epidemia continua invisível e que sua gravidade é maior do que se pensa. Aludindo ao Dia Mundial de Combate à Aids, celebrado na última segunda-feira, ela lembrou que essa é uma data com poucos motivos para ser festejada, porque há muito ainda a ser feito.

- Conter a epidemia é um desafio neste final de século, já que a doença muda de alvo constantemente. Dos grupos de risco do início dos anos 80 - homossexuais, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos - a Aids chegou a um grupo ampliado: mulheres e crianças, populações marginalizadas e de baixa renda - frisou.

Conforme Benedita da Silva, em todo o mundo, a Aids é o "flagelo dos pobres", pois cresce nos países do Terceiro Mundo, com 90% dos casos da doença, enquanto mantêm-se sob controle nos países ricos. Men-



Benedita adverte para os riscos

cionando relatório da ONU sobre a Aids, ela informou que, no mundo inteiro, 30 milhões de pessoas estão infectadas pelo HIV, e outras 16 mil pessoas são infectadas diariamente.

Na avaliação da senadora, se esse ritmo de transmissão for mantido, no ano 2000 mais de 40 milhões de pessoas estarão contaminadas, o que demonstra que a epidemia está longe de ter um fim. A maioria dos infectados, disse, vive nos países em desenvolvimento. Ela destacou que nos países africanos o panorama é desolador, visto que 7,4% das pessoas entre 15 e 49 anos contraíram o vírus da doença.



O senador Romeu Tuma presidiu a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Comissão de Relações Exteriores vota acordos de cooperação com países europeus e cria mecanismos de aproximação com Américas

CRE aprova fundo para assistir povos indígenas

Sob a presidência do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, na tarde de ontem, o texto do acordo constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento de Povos Indígenas da América Latina e Caribe. O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), ao relatar com parecer favorável o

projeto, explicou que a constituição do fundo destina-se a coordenar políticas de desenvolvimento, assistência técnica e fornecimento de recursos financeiros para capacitação e formação de recursos humanos e pesquisa sobre os povos indígenas dessas regiões.

A comissão aprovou ainda acordos de cooperação técnica e científica entre o Brasil e

a Polônia, a Alemanha e a Itália. Os dois últimos foram relatados pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Outro projeto aprovado foi o acordo para o estabelecimento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, entre os governos brasileiro e mexicano.

Alcântara prega mobilização para retirar jovens da descrença

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou chocantes os dados revelados pela pesquisa realizada pela Unesco entre jovens de classe média e alta de Brasília, que revelam, entre outras tendências, que apenas 0,2% dos entrevistados acreditam nos governos. Ele enfatizou as conclusões de que a juventude brasileira, além de não confiar nas instituições políticas, convive com alto grau de violência e é formada por ociosos e individualistas.

Depois de citar dados do estudo mostrando que apenas 0,5% dos entrevistados acreditam nos políticos e 0,7% na Justiça, o senador comentou que para 20% dos



Lúcio Alcântara: dados chocantes

jovens o assassinato do índio Galdino, em 21 de abril deste ano, foi resultado de uma mera brincadeira. "São dados chocantes", acrescentou.

Lúcio Alcântara se referiu também a artigo, publicado na imprensa, de autoria do repre-

sentante da Unesco no Brasil que, ao comentar o resultado da pesquisa, afirma que os jovens de Brasília são, ao mesmo tempo, "vítimas e agressores, sofrendo as consequências de um contexto precário, onde a violência se banaliza".

- Esta situação demanda mobilização do poder público. Não podemos deixar os jovens brasileiros largados ao ócio, ao individualismo e ao descaço nacional - afirmou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a impunidade fortalece a descrença nas instituições e defendeu a redução na idade mínima para responsabilização criminal dos jovens de 18 para 16 anos.

Agricultores sequer têm como pagar empréstimos contraiados junto ao Banco do Brasil, por causa dos juros altos, queixa-se o senador

Tebet pede solução semelhante ao Proer para o meio rural

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou ontem do governo federal a adoção de uma política adequada, "igual ao tratamento dado aos bancos através do Proer", para que seja solucionada a crise que vêm atravessando os produtores agrícolas, principalmente os pequenos e médios.

Esses produtores, segundo o senador, estão devendo ao Banco do Brasil bem mais que o dobro dos valores que contraíram em empréstimos dos fundos como o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO) e não podem pagar em função do crescente aumento das taxas de juros para tais financiamentos.

- Nós apoiamos o Plano Real e vamos à sessão do Congresso daqui a pouco apoiar a aprovação das medidas provisórias, amargas, que visam fortalecer



Tebet: importar é inadmissível

a estabilidade econômica do país, mas não podemos nos esquecer de que a agricultura precisa de uma política setorial adequada - enfatizou Tebet, que recebeu apertados dos senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Levy Dias (PPB-MS) e Fernando Bezerra (PMDB-RN) em apoio às suas colocações.

Para Ramez Tebet, é inadmissível que o Brasil vá impor-

tar em 1998 cerca de 10 milhões de toneladas de grãos por falta de incentivo a sua produção interna, quando vários estados são tradicionais produtores agrícolas. Ele lembrou que fenômenos climáticos, tipo *El Niño*, que foi lembrado no aparte do senador Osmar Dias, ainda pioram a vida dos agricultores, que sequer têm como colher a safra de 1997 para minimizar as dívidas junto ao Banco do Brasil.

O banco, na opinião de Tebet, ao invés de fomentar o crescimento do setor, faz o contrário, cobra taxas de juros impagáveis, principalmente no financiamento de máquinas e implementos agrícolas. O senador observou que, pela Constituição, os juros agrícolas deveriam ser taxados em 12% ao ano, sem que essa norma jamais tenha sido respeitada.

Simon também reclama da falta de uma política agrícola

As dívidas dos produtores rurais do Rio Grande do Sul com o Banco do Brasil, por conta dos empréstimos para financiar produção e colheita de safras, têm preocupado o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que solicitou em discurso, ontem, providências imediatas do governo federal para resolver a questão.

- Estou pesquisando, juntamente com a minha assessoria, uma fórmula legal para tratar o assunto - disse, ao denunciar perseguições empreendidas no seu estado por oficiais de Justiça com mandados de apreensão de bens, principalmente máquinas e implementos, pertencentes aos agricultores inadimplentes com o Banco do Brasil.

Segundo Simon, a máquina do produtor rural é intocável porque dela depende a produção agrícola. Ele se referiu ao



Simon: produtor é injustiçado

caso de um pequeno produtor e devedor do BB num município gaúcho que se viu obrigado a fugir, de trator, dos oficiais de Justiça, armados, que o perseguiram. "Nesta hora de crise em que vive o Brasil, um homem é perseguido no momento do seu trabalho?", questionou o senador.

Simon conversou com o ministro da Fazenda sobre o assunto e obteve a promessa de

providências, o que não ocorreu. Em vista da falta de negociação por parte do governo, Simon sugeriu que o Senado crie uma subcomissão para analisar a questão e propor soluções.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), em aparte, disse que os grandes tomadores de empréstimos dos fundos de desenvolvimento e de outras carteiras bancárias destinadas ao setor rural não são perseguidos.

"Conheço produtores até da bancada ruralista do Congresso que devem cerca de R\$ 450 milhões ao Banco do Brasil e nunca foram molestados", denunciou.

A senadora Emlia Fernandes (PDT-RS) se solidarizou com seu colega da bancada gaúcha, como Ramez Tebet (PMDB-MS) e Levy Dias (PPB-MS).

Viagem do presidente foi positiva para o Amapá, afirma Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem que a recente viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso à Guiana para se encontrar com o presidente da França, Jacques Chirac, deixou um saldo extremamente positivo e digno de registro para o estado do Amapá.

Segundo o senador, além do compromisso de dar prioridade às obras de conclusão da BR-156, que liga o Oiapoque a Macapá, os dois presidentes se dispuseram a construir uma "ponte da amizade" na fronteira do Brasil com a Guiana, sobre o rio Oiapoque.

Gilvam Borges elogiou a indicação do senador Romero Jucá (PFL-RR) como relator da proposta de reforma administrativa que trami-



Gilvam: ponte Brasil-Guiana

ta no Congresso Nacional. Ele destacou a experiência e o conhecimento de Romero Jucá a respeito do funcionamento da máquina administrativa, da estrutura dos ex-territórios e da importância dos servidores públicos para a economia desses estados.

Valadares homenageia desembargadora em SE

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou ontem a jurista Marilza Maynard Salgado de Carvalho por sua posse como desembargadora do Tribunal de Justiça de Sergipe. Conforme observou o senador, que destacou trechos do discurso do desembargador Pascoal Nabuco na sessão solene da posse, Marilza alcança o cume de sua carreira de juíza, depois de mais de 25 anos marcados pela seriedade, dedicação e honradez no desempenho de suas funções como magistrada.

Professora da Universidade de Sergipe, Marilza foi também juíza eleitoral, tendo integrado o Tribunal Regional Eleitoral, inclusive como corregedora, tornando-se "uma das maiores autoridades em direito eleitoral no estado".

Valadares registrou ainda trecho do pronunciamento de Pascoal Nabuco ressaltando o fato de que, nos últimos tempos, o Judiciário está sendo



Valadares: o cume da carreira

alvo de uma campanha que visa desestabilizá-lo, mostrando-o como poder elitista, quando o crescimento das despesas do setor estaria ocorrendo por causa de sua reestruturação "para atender à ampliação das demandas".

Em apertados, os senadores José Alves (PFL-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE) associaram-se à homenagem à desembargadora Marilza Maynard Salgado.

Hugo Napoleão e Freitas Neto apoiam a operação, que não implicará aumento do montante de endividamento do estado

Senado autoriza empréstimo para ajuste fiscal no Piauí

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o estado do Piauí a contratar operação de crédito substanciada em contratos já firmados com a Caixa Econômica Federal e os bancos BMC, Fibra S.A., Bic, Interunio e Banco do Brasil, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A operação totaliza R\$ 32,04 milhões, com comissão de crédito de 1,5% ao ano sobre o valor da aquisição do crédito, incorporada *pro rata tempore* mensalmente, e a garantia será concedida pela União. A amortização do valor será pela tabela *price*, em 12 prestações mensais.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômi-

cos, o senador Freitas Neto (PFL-PI) explicou que a operação encerra um refinanciamento de dívidas já contraídas pelo Piauí, e não implicará aumento do montante de endividamento do estado, mas apenas a substituição de credores originais pela CEF. No plenário, o líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), anunciou o apoio do seu partido ao projeto.



Odacir: mais municípios

Odacir quer expandir o Comunidade Solidária

O senador Odacir Soares (PTB-RO) manifestou seu apoio às reivindicações dos participantes do III Fórum de Interlocutores Estaduais do Programa Comunidade Solidária, realizado em Curitiba, no sentido de ampliar o número de municípios beneficiados pelo programa. Ele considera "bem-sucedidas as estratégias que vêm sendo aplicadas para enfrentar a fome e a miséria nos bolsões de pobreza, tradicionalmente excluídos das políticas públicas".

Os participantes do fórum, conforme o senador, também defenderam a manutenção de critérios técnicos "transparentes" para a inclusão de novos municípios, afirmando que tais critérios devem ser amparados por dados oficiais que possuam cobertura nacional e que revelem o quadro de pobreza existente no país.

Odacir destacou o caráter inovador "que anima as estratégias e ações do programa" e os êxitos obtidos nos dois primeiros anos de trabalho como razões que justificam seu apoio. Ele citou como exemplos o apoio ao desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental, as melhorias das condições de moradia e saneamento básico e o fortalecimento da agricultura familiar.

Na opinião do senador, o maior êxito do programa é o combate à elevada taxa nacional de mortalidade infantil, "cujos índices sofreram queda significativa, graças à ação do Comunidade Solidária.

Base do PMDB quer candidato à sucessão de FHC, diz Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou ontem que o Colégio de Líderes e Vice-Líderes do PMDB nas assembleias legislativas decidiu apoiar candidatura própria do partido à Presidência da República. Conforme disse, essa posição foi tomada no IV Encontro Nacional desse colégio, ocorrido no último dia 29 de novembro, em Natal.

Requião divulgou ainda carta do Diretório Municipal

do PMDB de Pelotas (RS), que também mostrou posição favorável à candidatura presidencial própria da agremiação nas eleições do ano que vem. "Todos esses fatos mostram que as bases do partido querem candidato próprio", afirmou.

O senador anunciou que, na sessão de hoje, trará denúncias que, segundo ele, demonstrarão "definitivamente", com provas documentais, corrupção no governo do Paraná.



Requião: PMDB terá candidato

Ademir: PSB amadurece posição diante da disputa pelo Planalto

Ao resumir para o plenário as conclusões do VI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, realizado no último fim de semana, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou que essa agremiação não apresentará agora candidato à sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o parlamentar, essa é uma decisão tão importante que não pode ser tomada de maneira precipitada. Portanto, observou, o PSB resolveu "dar um tempo".

Ele explicou que a grande discussão nesse encontro foi a divergência entre os que pre-



Ademir: PSB "dará um tempo"

gavam uma aliança fechada com os outros partidos de esquerda - PDT, PT e PCdoB - e os que defendiam uma união mais ampla, incluindo o PMDB e o PPS. Conforme Ademir,

nomes como Lula, Brizola, Arraes, Sepúlveda Pertence e Cristovam Buarque, entre outros, são capazes para enfrentar a candidatura de Fernando Henrique, mas, segundo ele, é mais sensato esperar.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que está cada vez mais amadurecida a ideia de que Lula será mesmo o candidato do PT. "O Lula considera importante a união de partidos como o PSB em torno de uma mesma candidatura. Ele de fato é candidato e o PT convida todos os partidos de esquerda a unirem-se em torno dessa candidatura", disse Suplicy.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre os planos de saúde e previdência privada (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Wolney Garrafa, sobre a eutanásia (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (reapresentação)
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais - votação do projeto de lei que regulamenta os planos de saúde (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação do projeto de lei que dispõe sobre o contrato temporário de trabalho (pré-gravado)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 1h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

RÁDIO SENADO

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30



Nabor: repasse normal para Goiás

Nabor Júnior desagrava Iris Rezende

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) destacou ontem nota do Ministério da Justiça, na qual o ministro Iris Rezende nega que tenha usado o cargo para beneficiar Goiás, por meio da distribuição de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Na nota lida por Nabor Júnior, Iris Rezende argumenta que, no repasse de verbas para construção de penitenciárias, dentro do projeto *Zero Déficit*, "nenhum critério pessoal foi levado em consideração", e sim somente os aspectos técnicos. "Basta ver o montante de recursos que São Paulo, onde está a maior população carcerária do país, irá receber no próximo ano: R\$ 20,2 milhões, o que equivale a 10,2% do total", salientou, no comunicado, o ministro da Justiça. Segundo o informe do ministério, no orçamento do ano que vem Goiás irá receber um investimento global de R\$ 12 milhões, praticamente igual ao previsto para o Rio de Janeiro (R\$ 11,6 milhões) e Minas Gerais (R\$ 11,2 milhões). "Os recursos para Goiás são absolutamente necessários, uma vez que é premente a necessidade de se atender à região do Entorno do Distrito Federal", justificou Iris na nota citada por Nabor Júnior.

Na condição de ex-ministro do Meio Ambiente, o senador fala dos efeitos da emissão de gases, como o superaquecimento do planeta

Coutinho defende metas para redução de gases poluentes

A definição de meta para os países industrializados reduzirem as emissões de gases provocadores do efeito estufa, e do consequente aquecimento terrestre, foi defendida ontem pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA). No seu entender, a decisão deve ser tomada pelos governos durante a Conferência sobre Mudanças Climáticas que se realiza em Kioto (Japão), porque ainda há tempo para evitar "maiores catástrofes".

Coutinho afirmou que "o Brasil já tem posição clara" em defesa da proposta de criação de um fundo de desenvolvimento baseado no princípio de que cabe ao poluidor pagar. Nesse sentido, os países ricos contribuiriam na proporção em que deixassem de cumprir as metas quantitativas de emissão de gases tóxicos. Os recursos arrecadados seriam



Coutinho Jorge: "Ainda há tempo para evitar maiores catástrofes"

destinados aos países em desenvolvimento para possibilitar o acesso a modernas tecnologias antipoluentes.

Na condição de ex-ministro do Meio Ambiente (1992/1993), Coutinho Jorge alertou para as graves consequências da emissão de poluentes denunciadas pelo IPCC (Implantação do Painel Intergovernamental sobre o Campo Climático), como o superaquecimento do planeta e o

aumento de até um metro nos oceanos, que, com o desaparecimento das capas polares e glaciais, resultariam em inundação de áreas costeiras. Mais grave ainda, ressaltou o senador, seria a guerra pela escassez de água potável. Ele reconheceu a dificuldade de um consenso em torno da redução de emissão de poluentes em Kioto pelos "conflitos e interesses divergentes que estarão em confronto".

José Alves desmente acusação de exploração de trabalho infantil

O senador José Alves (PFL-SE) desmentiu ontem matéria do jornal *O Globo*, publicada na edição de 29 de novembro, sob o título "Políticos exploram trabalho infantil em Sergipe", envolvendo o seu nome. Segundo o jornal, "deputados e até um senador utilizam mão-de-obra de crianças na colheita de laranja no sul de Sergipe".

- No meu caso, o que existe de verdade sobre o assunto é que realmente tenho um sítio de laranja. No entanto, este ano, como das vezes anteriores, vendi a safra no pé a um comerciante local, sendo de responsabilidade do comprador fazer a colheita e o

Alves: "Não estou envolvido com as denúncias publicadas"



transporte da produção. Desta forma não estou envolvido com a contratação de pessoal para a colheita - afirmou.

José Alves disse que, infelizmente, o trabalho infantil no Brasil e no mundo é reflexo da pobreza e da luta das famílias pela sobrevivência e que "realmente há casos de exploração mercantilista do trabalho infantil", como tem sido muitas

vezes denunciado.

- Reitero, mais uma vez, que sou contra a exploração do trabalho infantil, porque ela retira o jovem da escola e da recreação própria da sua idade, e entendo que a sua existência é uma questão de conjuntura que deve ser resolvida urgentemente com o desenvolvimento do país e a distribuição mais justa da riqueza nacional - frisou.



Leonel apóia ações da Fecomércio

Leonel destaca a reeleição de Sérgio Koffes

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) destacou ontem a reeleição do empresário Sérgio Koffes como presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal, que congrega 26 sindicatos. Durante o novo mandato de três anos, o empresário dirigirá o Sistema Fecomércio, que abrange também o Sesc, o Senac e o Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento, lembrou o senador.

Segundo Leonel, o sistema Fecomércio apresenta hoje, como conquista nacional, o Projeto Beija-Flor, que já produziu mais de 400 mil atendimentos comunitários no DF, em dois anos de atuação.

Leonel disse que outra proposta da Fecomércio é a campanha Natal da Criança, que conquistou a sociedade e durante dezembro realizará atividades para evitar que as crianças vão às ruas pedir esmolas.

Pesar pelo falecimento da mãe de Odacir

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou na sessão ordinária da tarde de ontem o falecimento da mãe do senador Odacir Soares, senhora Diva Machado Rodrigues, ocorrido na madrugada de ontem. Antonio Carlos manifestou seu voto de pesar pelo ocorrido.